

FEMINISMOS SURDOS, DEFICIÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

KELI KRAUSE

Mestranda do PPG em Ciências Sociais da UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

kesekk@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta a trajetória sobre movimento feminismo surdo, a visibilidade da mulher surda em suas diversas etnias e também da mulher ouvinte com deficiência, como elas estão inseridas nos espaços sociais e como é o cenário de desigualdades. Para tanto, utilizou-se a interseccionalidade como uma proposta para efetivar a articulação de gênero e raça para mulheres surdas e com deficiências por políticas públicas e a análise de dados sobre violência contra a mulher surda em todo o Brasil, com objetivo de demonstrar os números dos tipos de violências sofridas, tendo como eixo a questão de gênero e raça. Uso dados para a pesquisa através de entrevistas realizadas com intérpretes de Libras que já atuaram em diversas instâncias onde foi relatado histórico de violência contra a mulher surda.

Palavras-chave: feminismo, violência e deficiência.

Introdução

A violência se manifesta por meio da tirania, da opressão e do abuso da força. Ocorre do constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer ou deixar de fazer um ato qualquer. A mulher com deficiência já passa privações por falta de políticas públicas na saúde, na educação, no trabalho, e isso acaba aumentando a suscetibilidade à violência. A questão da mulher é um tema relevante em nossa sociedade que precisa ser discutido e focalizando nas mulheres surdas em suas diversas etnias são importantes seus reconhecimentos de direitos na relação entre a raça, a classe da mulher. Segundo DIAS (2016), no Brasil, de acordo com o Censo de 2010, há mais de 25 milhões de mulheres com deficiência. Constatando essa triste realidade, realizou-se o trabalho de pesquisa com questionamento para intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) que atuam ou atuaram nesses casos com mulheres surdas, e lançado nas redes sociais, no docs google.

Metodologia

Neste artigo apresento o material utilizado e os procedimentos realizados no desenvolvimento da pesquisa bibliográfica. Como material de pesquisa busquei diversos artigos científicos e acadêmicos digitais relacionados com o tema feminismo em geral, o feminismo surdo e a violência contra a mulher surda. Diante da busca, foi constatado que há poucos materiais e informações no que tange a surdez, porque é bastante recente o movimento feminista surda em nosso país.

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

Para dar conta do objetivo proposto, foi realizado um questionário com intérpretes de libras de várias cidades do Brasil, com base nas redes sociais, sobre a temática “o atendimento a mulheres surdas em situação de violência”. O mesmo segue no link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeSF-Rt3M8FXMDu-o0fJA6hMOSK6q6tM7QklGrKmmVQ1J6nQ/viewform>.

A inserção das mulheres brancas e negras nos movimentos sociais deu início a campanha de direitos humanos no Brasil, mas as mulheres surdas, negras ou não e também as mulheres com outros tipos de deficiências, não foram incluídas nestas discussões, por total desconhecimento dos grupos acerca dessas minorias. Devido as muitas barreiras encontradas em órgãos públicos e a falta da informação da LIBRAS. Em 2002, a Língua Brasileira de Sinais/ Libras foi reconhecida, por meio da Lei nº 10.436, como a Língua das comunidades surdas brasileiras, essa Lei contribuiu para a inclusão social do surdo por meio de comunicação, a partir disso começava a se desenvolver de forma rápida, foi uma explosão de oportunidades que se abria a comunidade surda. Tivemos o crescimento de universitários surdos nas instituições de ensino superior e em todos os níveis de ensino contando com a presença intérprete de língua de sinais, acesso a novas informações sobre cidadania, política, saúde, educação, acessibilidade e outros aspectos em geral que circundam na sociedade.

A pedagoga surda Shirley Vilhava é do Mato Grosso do Sul refletindo sobre o histórico do dia de mulher, explica o porquê dessa data comemorativa, participando das políticas para as mulheres desenvolvidas no Estado do Mato Grosso do Sul. Ela entrou em contato com outras surdas brasileiras para propor um evento que teve como nome de I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas, que foi realizado em Belo Horizonte em 2004. Esse encontro foi organizado pela Dr^a Gládis Perlin, educadora e militante surda, e lá foram discutidas as lutas e movimentos das mulheres surdas, para quebrar o paradigma de a mulher ser submissa ao marido, tendo igualdade entre homens e mulheres. Este encontro teve como objetivo constituir movimentos em prol das mulheres surdas nos países latino-americanos, através de debates sobre a realidade social das mulheres surdas na América Latina nos aspectos referentes a saúde, violência, educação, sexualidade, política, direitos, cidadania.

As duas surdas brasileiras Gládis Perlin e Schirley Vilhava são representantes da FENEIS e participaram da Consulta Nacional para as Mulheres com Deficiência e Mulheres Ciganas, que aconteceu nos dias 11 a 13 de março de 2016 em Brasília. Tendo a FENEIS como norteadora da temática da mulher surda. A PERLIN E VILHAVA (2016, p.3) apresentam “Tendo em vista a

existência da Secretaria de Políticas para as Mulheres no Brasil e a necessidade de conscientizar a mulher surda referente aos problemas constantes, acreditaram ser pertinente trazer a público a temática com o olhar relevante ao aspecto crescente do problema presente e redundante da mulher surda”, a seguir informação:

A mulher surda é comparada à mulher deficiente. Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença. No momento em que somos chamadas de deficientes, somos comparadas às mulheres ouvintes. Essa é uma representação que assume aspectos de discriminação, de nossa língua e cultura, pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual (Perlin e Vilhava, 2016, p.6).

Elas fizeram propostas sobre políticas referentes às diversas áreas, com apelo à Secretaria Nacional de Políticas Nacional de Políticas para as Mulheres, ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência para que atentem aos nossos anseios, a fim de desencadear políticas para as mulheres surdas, sejam políticas específicas ou conjuntas às de mulheres ouvintes. Na conclusão da revista, Perlin e Vilhava (2016) afirmam:

A inclusão das mulheres surdas será muito mais prática se desenvolvida conjuntamente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que se constitui em um espaço de esperança para o empoderamento da mulher surda. Ela atua de forma conjunta com os Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Trabalho e Emprego.

Em 2015 ocorreu o primeiro encontro sobre Violência contra Mulheres Surdas, tal evento da comunidade surda foi realizado na Escola Pública Municipal Helen Keller, em São Paulo.



Figura 02: Cartaz sobre a programação do evento.

Fonte: <http://diariodosurdo.com.br/2015/08/i-encontro-sobre-violencia-contra-mulheres-surdas-na-hk/>

Em 2016 aconteceu o Primeiro Encontro Nacional: Feminismo e Empoderamento Surdo, no Rio de Janeiro, com objetivo de criar o programa de Política de Mulheres Surdas focando na mulher

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

surda carente de informações que nunca foram debatidas, como: Violência doméstica, Lei Maria da Penha, machismo, sexismo, objetivação do corpo da mulher e a relação entre desigualdade de gênero.



Figura 03: A imagem do evento “Feminismo e Empoderamento Surdo”.

Fonte: <http://blog.feneis.org.br/wp-content/uploads/2016/11/capapalestra-01-1040x446.png>

A assistente social surda Maria Auxiliadora Araújo, coordenadora do programa de política para mulheres surdas da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos) no Rio de Janeiro, sobre o evento, afirma:

Após isso, foi criado um grupo no Facebook (hoje com 12 pessoas), no qual mulheres surdas começaram a debater sobre direitos femininos. Desde então, segundo as organizadoras que tocam o projeto com recursos próprios, o grupo vem sendo procurado por mulheres que sofrem violência doméstica. "No caso das surdas o problema é ainda mais grave devido a falta de acesso à informação" (CEERT, 2016).

Mais um evento foi realizado no dia 10 de junho deste ano, na cidade de São João Del Rei, Minas Gerais. Este projeto conta com uma campanha de doação que se destina ao Projeto de Extensão do Programa Sala de Multifuncionais da UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei, e tem como objetivo geral realizar ações que promovam a inclusão social de pessoas com diversidade na comunidade de São João Del Rei, e a proposta do programa como tema a adoção de uma política acessível.

Segundo informação do autor Santos (2008) relatou que um tipo de violência física relacionado com BPC (Benefício da Prestação Continuada) por pessoas de seu vínculo de parentesco, alguns pais ganham o BPC de seu filho surdo, pois não tem emprego e conforme mostra o presente relato da profissional assistente social:

“Quando o pai conseguiu o BPC, passou mais um mês aqui e depois sumiu. Morava numa grota. Você vai ver muitos surdos reclamando que o pai fica com o dinheiro do benefício.” (SANTOS, 2008, p. 82-83).

As mães têm medo de denunciar, porque os pais podem fazer alguma violência com seus filhos surdos, portanto querem ganhar os benefícios. A psicóloga analisou o depoimento da pessoa surda:

“O pai não queria que ela estudasse, tem surdez profunda não fala. Deve estar com 20 anos. Por achar que ela é surda, ele acha que alguém pode fazer algum mal à filha dele ou que ela não tem condições de se defender. Protegia ela demais. Qual quer pessoa que ‘chegar’ perto dela, ele não gosta, não deixa. Uma reclamação dessa adolescente é que ela queria liberdade, viver como os amigos dela viviam. Se comunicava comigo por LIBRAS, falava que o pai não deixava ela viver, chorava demais, vivia nervosa. O pai ficava controlando todas as atividades dela, era muito ciumento. Proibia ela de namorar. Todo canto ele estava do lado. Não deixava ela andar sozinha para lugar nenhum. São de classe média alta. Isso aí acontece muito, por achar que é deficiente não vai aprender nada ou então alguém vai abusar de você, ‘ninguém pode chegar perto, só eu’. Essa questão de cuidado exagerado acaba limitando a pessoa mais ainda.” (SANTOS, 2008, p. 79)

Fazendo uma revisão da literatura sobre violência doméstica contra a mulher surda, vejo informações alarmantes e encontro uma frase forte em um blog “Descobrimo um Mundo Novo”, no trabalho de McQuiller Williams e Porter (2010): “Mulheres surdas têm 1,5 vezes mais chances de ser vítima de assédio sexual, agressão sexual, abuso psicológico e abuso físico do que as ouvintes”. É comprovado que, em relação as mulheres ouvintes, as mulheres com surdez estão muito mais susceptíveis e sofrem muito mais agressões. Já o estudo realizado por Francavillo (2009), feito com 360 estudantes surdos, ANDERSON, mostrou os seguintes dados:

- 48% dos entrevistados tinham experimentado carícias indesejadas, beijo, toque ou esfregar suas áreas íntimas;
- 28% tiveram algumas de suas roupas retiradas sem consentimento;
- Relatos de vários atos sexuais não consensuais: o sexo oral (22%), relação sexual vaginal (19%), e anal (13%), em adição ao sexo;
- Relataram ter tido tentativa sem consentimento: oral (27%), relação sexual vaginal (18%), e sexo anal (14%);
- 20% admitiu já ter sido estuprada.

Outro número bastante impressionante, ainda de acordo com a mesma revisão bibliográfica: 61% de surdos universitários do sexo feminino experimentou algum incidente de coerção sexual de

seus parceiros no ano passado, em comparação com 27,8% de estudantes ouvintes do sexo feminino (Sabina & Straus, 2008).

Na década de 90, no início da interface do feminismo relacionado aos estudos sobre deficiência no Brasil, a pesquisadora Mello (2012) relata que a Anis (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero), com sede em Brasília, é a primeira organização não-governamental, sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa, assessoramento e capacitação em Bioética na América Latina. .

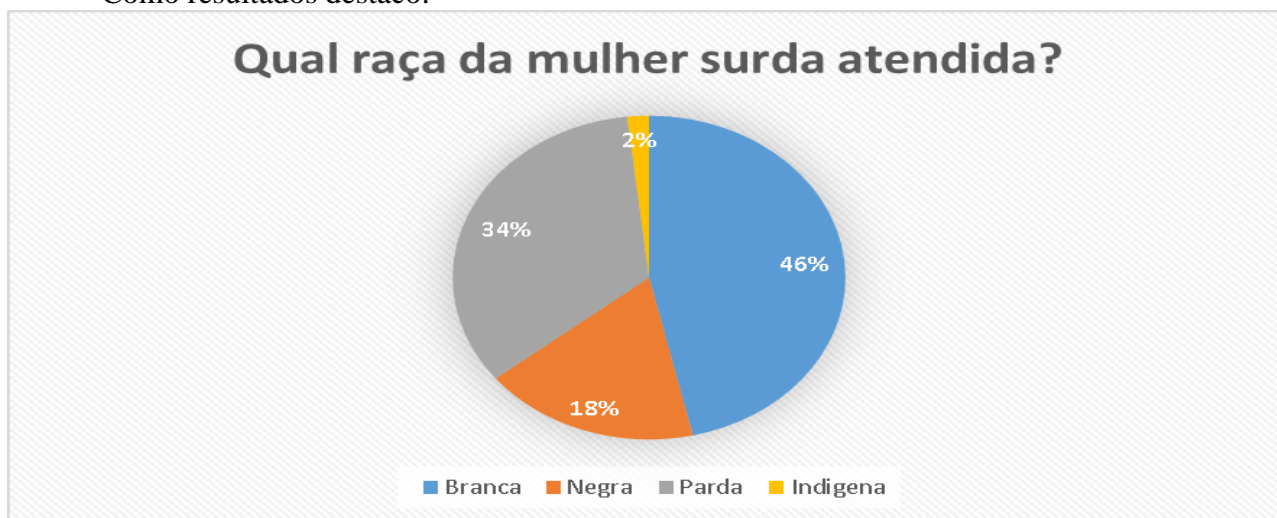
No Rio Grande do Sul, o primeiro fórum municipal de Combate à violência contra mulher com deficiência ocorreu em agosto de 2016 na cidade de Canoas, realizado no auditório do Ministério Público e promovido pela prefeitura de Canoas, por coordenadoria de Políticas para Pessoas com Deficiência e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Este fórum com o objetivo de conceito e dispositivos legais, a proposta de projeto de lei estadual como a disponibilização de canais acessíveis voltados ao registro de situações de violência, criação de espaço específico nos formulários para registro de ocorrência de violência física, psicológica e/ou sexual contra pessoa com deficiência com recorte de especificidade, gênero e faixa etária, assistência integral à pessoa com deficiência vítima de violência, incluindo violência doméstica e sexual, com atendimento especializado e multiprofissional, prioritário para mulheres e meninas com deficiência, transversalidade nas ações voltadas ao combate a todas as formas de discriminação e o enfrentamento à violência contra a pessoa com deficiência, levando em consideração as questões relacionadas à identidade de gênero, raça, diversidade sexual e geracional, além da criação do Cadastro Estadual de Violação dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com dados do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Secretaria da Segurança Pública, sob orientação técnica da FADERS e garantida a participação social por meio do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e COEPEDE. Por isso o estudo da legislação está traçando uma relação com a revisão da Lei Brasileira da Inclusão – LBI (2015), o novo pensamento da política as diversas áreas para as pessoas com deficiência.

Há o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEPEDE) incluído com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho Justiça e Direitos Humanos na sede de Porto Alegre, foi criado pela Lei Estadual nº 12.339 de 10 de outubro de 2005, alterada pela Lei Estadual nº 14.421 de janeiro de 2014, com objetivo de garantir os direitos das pessoas com deficiência, e também são denominados conselhos de políticas públicas ou conselhos gestores de políticas setoriais, são órgãos colegiados, permanentes e deliberativos incumbidos da formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas em âmbito federal,

estadual e municipal. São os espaços legitimados de controle social viabilizados pela Constituição de 1988. Também controla várias cidades do Rio Grande do Sul como 8 secretarias de Estado, 4 conselhos municipais de direitos da pessoa com deficiência, defensoria pública estadual e 13 entidades de Sociedade Civil, são importantes olhares para o interior na defesa de direitos para as pessoas com deficiências.

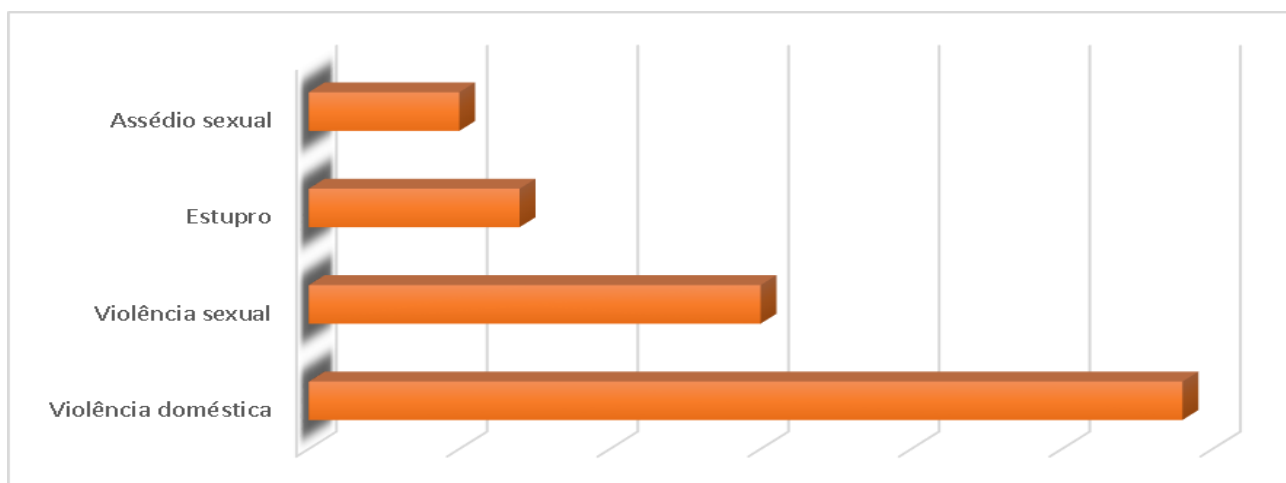
Resultados e discussão

Como resultados destaque:



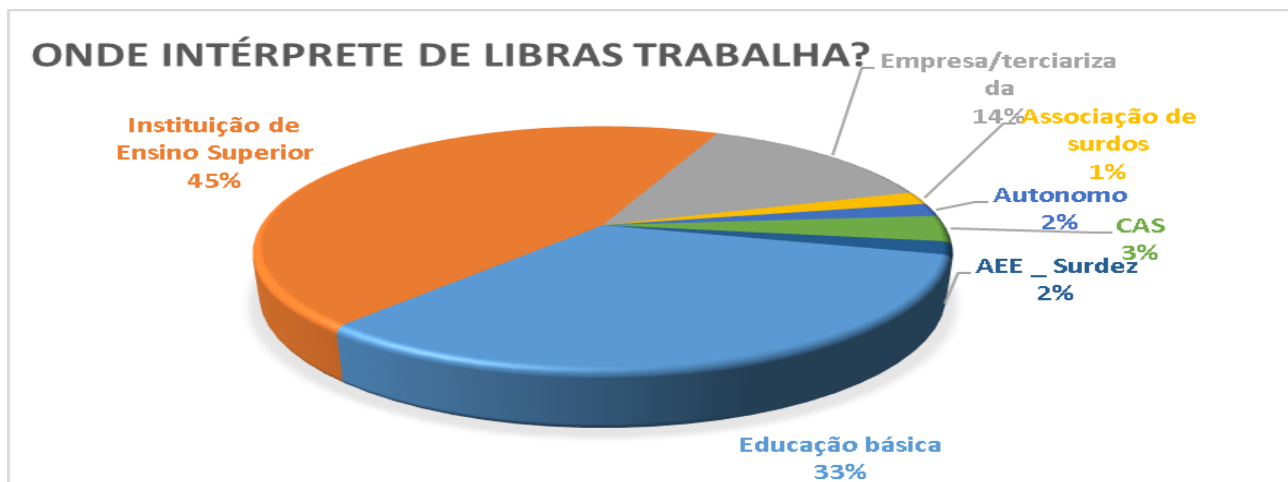
Fonte: KRAUSE, 2017.

Segundo as entrevistas realizadas com os interpretes de Libras nos 13 estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Bahia, Roraima, Goiás, Paraíba, Pernambuco e Ceará), que atende mulheres surdas, e percebi que a raça branca é em número maior. Sendo que a região abrange mais mulheres brancas.



Fonte: KRAUSE, 2017.

A Violência doméstica é caracterizada pelo tipo de violência que é praticada entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum. Pode acontecer entre pessoas com laços de sangue (como pais e filhos), ou unidas de forma civil (como marido e esposa ou genro e sogra). Nesse gráfico percebe-se que essa é a mais praticada. E na violência doméstica, muito é consequência pela falta de comunicação e medo com ameaças.



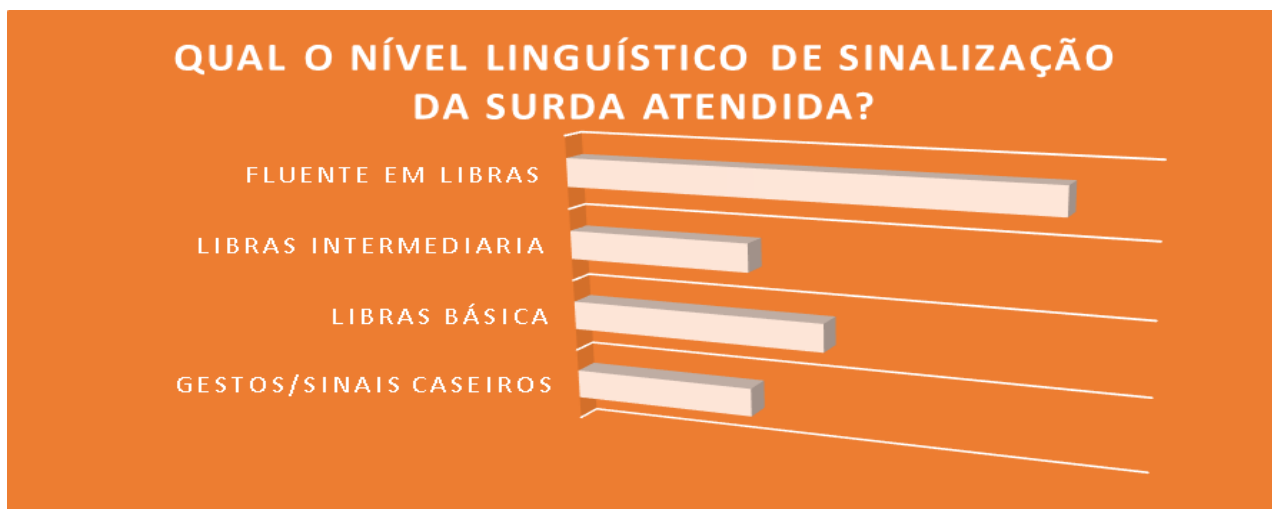
Fonte: KRAUSE, 2017.

Inicialmente o tradutor intérprete destacava-se em trabalhos voluntários e em situações informais, e o trabalho de interpretação era, inicialmente, realizado por filhos de pais de Surdos, amigos ou membros da família. Por não haver formação específica, era reduzido o número de pessoas habilitadas a exercer esta profissão e por isso esta passou a ser desempenhada de forma assistencialista; também por ainda não ser reconhecida oficialmente, a língua de sinais era apenas usada de maneira informal. Hoje com a inclusão está bem presente também na educação básica. Esse gráfico apresenta a maior parte dos intérpretes, trabalham em instituições de ensino superior, assim tem uma boa formação para poder acompanhar as vítimas.



Fonte: KRAUSE, 2017.

Como se trata de violência, o gráfico aponta o maior número apresentado foi nas delegacias. Muito acontece, pois a própria autoridade sentindo a necessidade procura o profissional para auxiliar no fato. Seria necessário a presença em todos os setores públicos a presença deste, mas na realidade sabemos que não acontece.



Fonte: KRAUSE, 2017.

Esse caso é muito melindroso. Pois quando se trata de surda sem conhecimento de libras, aumenta ainda mais a dificuldade de comunicação. Nem sempre o profissional aceita realizar esse trabalho, temendo haver injustiça. Mas o quadro apresenta fluência em Libras, o que facilita o atendimento.



Fonte: KRAUSE, 2017.

De 13 estados do Brasil, responderam o questionário, somando 68 intérpretes de Libras dos estados brasileiros que relataram as vivências no que trata o assunto. Selecionamos alguns parágrafos.

Achei muito difícil para uma mulher surda compreender todos os seus direitos quando não há materiais em Libras e também não há uma rede de apoio de outras mulheres que possam construir o pensamento de que ela é uma vítima e não a causadora do problema ou culpada pelo que aconteceu. Vejo a necessidade de cursos e materiais em Libras para educar todas as mulheres, de todas as classes sociais. (Tradutor/intérprete de LIBRAS – TILS de Palhoça – SC, 2017)

Não tive o contato, mas soube de relatos, e de alguma surda, uma era abusada pelo pai, outras por familiares, infelizmente acontece e as próprias surdas não falam, pois ficam com medo. (TILS de Coxim – MS, 2017)

A surda era de menor idade, era abusada pelo padrasto do qual a mantinha como refém do medo caso falasse com alguém mataria a ela e a mãe. Onde ela agora passa por tratamento psicológico do qual a acompanho durante este processo. Fiquei tanto envolvido que pedi para o Juiz me afastar do caso, mas foi negado. Estou nesse tratamento a três anos. A surda está melhor. E eu também. (TILS de Canoas – RS, 2017).

Foram vários atendimentos que eu já realizei. Muitas surdas são analfabetas, a maioria não conhecia seus direitos, muitas não tinham fluência em Libras. O meu maior desafio são; surdas que foram interdidas pela família e querem a desinterdição. Estes casos são longos e a surda passa por vários processos desde delegacia, justiça e perícias psiquiátricas. Fico a disposição para relatar cada caso. (TILS de Alvorada – RS, 2017).

Em algumas situações atendi como psicóloga, outra situação como intérprete, foi muito difícil quando o caso se tratava de criança menor de 9 anos, principalmente no espaço da delegacia onde passava por perícia médica, constrangedor para a TILS, muito mais para a mulher violentada, onde tem médico, enfermeira, TILS, relator policial, horrível esse momento. (TILS de Santa Maria – RS, 2017).

Morava em cidade pequena e fui convocada pelo delegado. Quando cheguei na delegacia, ela e o esposo usavam sinais caseiros e ele havia batido nela. Tentei interpretar e entender o que diziam, entendi poucos detalhes, conseguimos nos comunicar com mímica. Repassei tudo para o delegado. Apenas não assinei o termo que declarava que eu me responsabilizava pela interpretação, já que ela não usava a Libras e a minha interpretação foi mais uma dedução do que ela estava falando usando os sinais caseiros. Além disso, não consegui compreender tudo. O marido passou a noite na prisão, mas depois foi solto e voltou com a esposa (TILS de Palhoça – SC, 2017).

A mulher havia sofrido violência doméstica e naquele momento estava determinada a prestar queixa contra aquele homem. Ela usava libras básica e alguns sinais caseiros. O marido queria ainda sim se justificar colocando a culpa do ato nela. Uma coisa que me chamou atenção foi que em algum momento o delegado dizia "essa parte não precisa 'traduzir' para ela". Eu disse "não posso fazer isso. Seria anti-ético. Ela tem direito de saber o que vocês estão falando já que eu também estou." O delegado até tentou reputar, mas como viu que eu não deixaria passar, então seguiu com as perguntas. Outra coisa que me chamou atenção e que para mim era claro era o problema com comunicação por causa da língua. O marido não usava libras. Falava e fazia gestos caseiros. Percebi sim machismo da parte do marido e até do policial. (TILS de Florianópolis – SC, 2017).

Conclusões

Hoje a violência é um dos principais problemas que atinge a população brasileira. A violência está presente em todos os segmentos da sociedade, manifestando-se de diversas formas, e gerando impactos e consequências sociais. E mulheres deficientes sofrem ainda mais do que as outras mulheres pelo simples fato de terem uma dificuldade ainda maior de denunciar seus agressores que estão principalmente entre familiares ou seus cuidadores.

Com esse trabalho muito importante, percebeu-se que o combate da violência contra as mulheres ainda tem muito a avançar, além de um estudo de retrospectiva sobre a violência contra a mulher, muito já avançou, mas essa triste realidade continua acontecendo. E quando é direcionado para mulher surda, temos poucas informações bibliográficas, mas com estudo do resultado dos relatos do questionário, é assustador o que já aconteceu e ainda continua a acontecer. A mulher com deficiência já enfrenta inúmeros problemas relacionados a acessibilidade, educação, saúde, preconceito e outros, que somando já é violência. Ainda tem poucos registros da pesquisa social de produção brasileira, portanto precisa ter mais para fazer a pesquisa analítica em todo o Brasil sobre as vítimas das mulheres surdas, os intérpretes de Libras, os órgãos públicos, a política pública e outros.

Com movimentos feministas muito pode-se avançar para melhorar as condições para esclarecer e ajudar as vítimas nesta triste realidade da violência contra as mulheres e com deficiências principalmente, na relação raça e gênero.

A mídia sempre mostra nas redes de tvs sobre a violência contra mulher e para ligar 180 (central de atendimento à mulher), aproveito e questiono. Como as mulheres surdas ligam, sem poder falar e as vezes nem sequer ter um intérprete? Acredito que a maioria não sabe como fazer denúncia, a falta de conhecimento, pois não há materiais especiais em Libras e sugiro que as instituições precisam criar estratégias de comunicação envolvendo a elaboração de materiais para as mulheres com deficiência.

Referências bibliográficas

ANDERSON, ML; LEIGH, IW; SAMAR, VJ. **Intimate partner violence against Deaf women: A review.** Aggression and Violent Behavior 16 (2011) 200–206.

BLOG. **Descobrimo um Novo Mundo.** Disponível em: <<http://descobrimoasurdez.blogspot.com.br/2012/06/mulheres-surdas-tem-15-vezes-mais.html>> Acesso em: 27/05/2017.

COEPEDE. **Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com deficiência.** Disponível em: <<http://www.coepede.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 21/06/2017.

DIAS, Adriana. **As mulheres com deficiência, o silêncio e a violência.** Disponível em: <<http://thinkolga.com/2016/02/19/as-mulheres-com-deficiencia-o-silencio-e-a-violencia/>>. Acesso em: 26/05/2017.

PERLIN, Gládis e VILHAVA, Schirley. **Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa.** INES | Revista Forum | Rio de Janeiro | n. 33 | jan-jun 2016. Disponível em: <<http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=453>> Acesso em: 27/05/2017.

PSDB na Câmara. **A violência contra a mulher com deficiência, por Mara Gabrielli.** Disponível em: <<http://www.psdbnacamara.com.br/wordpress/?p=97900>>. Acesso em: 28/05/2017.

SANTOS, G. L. A. **A violência contra pessoas com deficiência no município de Maceió.** 2008. 96 p. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008. Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto6.pdf>>. Acesso em: 01/07/2017.

SDSTJDH. **Forum debate Violência contra pessoa com deficiência.** Disponível em: <<http://www.sdstjdh.rs.gov.br/forum-debate-violencia-contrapessoa-com-deficiencia>> Acesso em: 28/06/2017.

VOCES. **1 Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas Líderes.** Disponível em: <<http://www.vocesenelsilencio.org.ar/modules.php?name=News&file=article&sid=1158>>. Acesso em: 26/05/2017.